

**DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DA PROVÍNCIA DO  
MARANHÃO: a revisão bibliográfica como fio-condutor**

**SOCIO-SPATIAL DEVELOPMENT OF THE PROVINCE OF MARANHÃO:  
the bibliographic review as a guiding thread**

**DESARROLLO SOCIOESPACIAL DE LA PROVINCIA DE MARANHÃO: la  
revisión bibliográfica como hilo conductor**

**Antonio José de Araújo Ferreira**

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

[antonio.jaf@ufma.br](mailto:antonio.jaf@ufma.br) / <http://orcid.org/0000-0002-8321-4156>

**Recebido: 30/06/2023; Aceito: 02/08/2023; Publicado: 26/12/2023.**

**RESUMO**

Na historiografia nacional, o tema da reorganização territorial e regionalização é relevante no sentido de se entender o Brasil no oitocentos. Por isso, procede-se a uma análise do desenvolvimento socioespacial centrada na Geografia, cuja finalidade é ampliar o debate acerca desse recorte temporal no atual estado do Maranhão. Para tanto, a discussão apoia-se na revisão bibliográfica enquanto metodologia de pesquisa que possibilitou se utilizarem os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico; seleção, análise e interpretação das informações e dados obtidos. Os resultados revelam que, na Província do Maranhão, o Império utilizou estratégias como a colonização indígena, a implantação de assentamentos de estrangeiros, tentativas de soerguimento da economia, melhorias na articulação territorial e resolução de litígios territoriais a fim de viabilizar o domínio político e o controle do território, porém deparou-se com a República de Pastos Bons e A Balaiada que o colocaram em xeque. Conclui-se que, na prática, tal contexto refletia o que ocorria na escala nacional e internacional, de maneira que a Província do Maranhão pouco mudou na estrutura política e econômica.

**Palavras-chave:** Província; Maranhão; Desenvolvimento socioespacial; Revisão bibliográfica.

**ABSTRACT**

In national historiography, the theme of territorial reorganization and regionalization is relevant in order to understand Brazil in the 19th century. Therefore, an analysis of socio-spatial development centered on Geography is carried out, whose purpose is to broaden the debate about this temporal cut in the current state of Maranhão. Therefore, the discussion is based on the bibliographic review as a research methodology that made it possible to use the following procedures: bibliographic survey; selection, analysis and interpretation of information and data obtained. The results reveal that, in the Province of Maranhão, the Empire used strategies such as indigenous colonization, the implantation of settlements of foreigners, attempts to raise the economy, improvements in territorial articulation and resolution of territorial disputes in order to enable political domination and control of the territory, but faced the Republic of Pastos Bons and A Balaiada that put it in check. It is concluded that, in practice, this context reflected what occurred on a national and international scale, so that the Province of Maranhão changed little in the political and economic structure.

**Keywords:** Province; Maranhão; Socio-spatial development; bibliographic review.

### RESUMEN

En la historiografía nacional, el tema de la reorganización y regionalización territorial es relevante para comprender el Brasil del siglo XIX. Por lo tanto, se realiza un análisis del desarrollo socioespacial centrado en la Geografía, cuyo objetivo es ampliar el debate sobre este corte temporal en el estado actual de Maranhão. Por lo tanto, la discusión se basa en la revisión bibliográfica como metodología de investigación que permitió utilizar los siguientes procedimientos: encuesta bibliográfica; selección, análisis e interpretación de la información y los datos obtenidos. Los resultados revelan que, en la Provincia de Maranhão, el Imperio utilizó estrategias como la colonización indígena, la implementación de asentamientos extranjeros, intentos de reactivación económica, mejoras en la articulación territorial y resolución de disputas territoriales para promover la dominación política y el control del territorio, sin embargo, se enfrentó a la República de “Pastos Bons” y “La “Balaiada”, los cuales dieron lugar a una situación amenazadora. Se concluye que, en la práctica, ese contexto reflejó lo que sucedía a escala nacional e internacional, de modo que la Provincia de Maranhão cambió poco en cuanto a su estructura política y económica.

**Palabras clave:** Provincia; Maranhão; Desarrollo socioespacial; Revisión bibliográfica.

---

### INTRODUÇÃO

As preocupações com a temática oitocentista não são novidade na historiografia nacional. Isso, porque de um lado diversos ramos do conhecimento têm se debruçado sobre sua apreensão e interpretação, enquanto de outro lado, instituições foram criadas a exemplo da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e o Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO) da Universidade Estadual do Maranhão. Entre esses ramos do conhecimento, a proposta é se proceder a uma análise do desenvolvimento socioespacial centrada na Geografia, cuja finalidade é ampliar o debate acerca desse recorte temporal no atual estado do Maranhão a partir de revisão bibliográfica.

Na escala nacional, pode-se destacar que “a Constituição de 1824 marcou definitivamente a organização do Império do Brasil em províncias, não no sentido português do termo, mas semelhante ao espanhol: unidades administrativas de uma nação soberana” (OLIVEIRA, 2020, p. 140). No “Atlas do Império do Brasil”, Mendes (1868) ressalta que o referido compreende as respectivas divisões administrativas (por Províncias), eclesiásticas (por Dioceses), eleitorais (por Distritos) e judiciárias (por Comarcas). As províncias foram divididas em quatro classes, isto é, setentrionais e meridionais, além de orientais e ocidentais.

Particularizando o atual estado do Maranhão, tem-se que este já foi “[...] uma das províncias mais ricas do Brasil, com maior arrecadação de impostos (atrás apenas da capital, Rio de Janeiro) e de maior renda per capita durante o Brasil Colônia e Império” (ROLIM FILHO, 2020, p. 2). Por isso, Silva (1972) apresentou a “História da

Independência da Província do Maranhão” enquanto Santos (2007) ressaltou a “Geografia histórica da província do Maranhão nas primeiras décadas do século XIX”, Soares (2008) fez uma “genealogia da Província do Maranhão”, Santos (2022) realçou a questão política inerente ao recorte temporal de 1842 a 1852. Alves (2017) analisou o estado sanitário na Província do Maranhão no período de 1850 a 1860 que foi considerado “endêmico” face ao número de infectados e óbitos decorrentes de febre amarela, varíola, cólera *morbis* e impaludismo. Pereira (2009) e Costa (2018), por seu turno, discutiram a relação sociedade e escravidão, enquanto Ferreira (2020) revisitou o Maranhão a partir da apropriação do território e da escravidão sustentando a exploração econômica na América portuguesa.

Isso implica que, seja na escala nacional, seja na escala local, o tema da reorganização territorial e regionalização no oitocentos tem sido objeto de estudo. Nesse caso, almeja-se contribuir no debate a partir da Geografia com enfoque nas transformações ocorridas no território da Província do Maranhão. Para tanto, recorreu-se a Ocanã-Fernández e Fuster-Guillén (2021) os quais defendem que a revisão bibliográfica é uma metodologia de pesquisa observacional, retrospectiva e sistemática, que é eficaz na condução de trabalhos de pesquisa.

Em se tratando dos procedimentos metodológicos levados a cabo, considerou-se:

a) o levantamento bibliográfico (livros, periódicos, dissertações e teses), com a finalidade de se revisar dados e informações sobre fatos que concorreram para a apreensão da Província do Maranhão a partir de diferentes ramos do conhecimento;

b) seleção, análise e interpretação das informações e dados obtidos que se repercutiram na Província do Maranhão, cuja ênfase abarcou a discussão de posturas teóricas em termos de política, economia e a sociedade de então.

Por conseguinte, os resultados obtidos na pesquisa permitem apresentar a discussão em duas partes: a primeira trata de um breve histórico sobre o Maranhão como parte da América portuguesa; a segunda aborda o recorte espacial da Província do Maranhão, sobressaindo aspectos políticos, econômicos e socioespaciais.

## **BREVE HISTÓRICO SOBRE O MARANHÃO: antecedentes**

Antes de analisar o Maranhão enquanto Província convém ressaltar que sua origem etimológica recebeu algumas interpretações, a saber: 1) para Godóis (1904), ela deriva do sobrenome do descobridor do rio Amazonas que pertencia à esquadra de Gonçalo Pizzaro, cuja viagem remonta a 1538; 2) Fernandes (1943) defende que é aumentativo de *maranha*, que é sinônimo de “matagal”, coisa enredada e que na província do Minho (Portugal) existe

o topônimo Maranhas, e Maranhão era o nome de uma antiga aldeia alentejana; 3) Sampaio (1987) vincula tal origem ao topônimo *mbará-nhã* que significa o mar corrente; 4) tendo em vista que o litoral do Maranhão se particulariza por ser em forma de rias, Macedo (2001) a relaciona a um “emaranhado de canais costeiros”. Assim, “do que não há dúvida, porém, é de que o nome da terra nos veio do rio, ainda hoje *Marañon* em plagas peruanas, porque assim designado antes e porque confundida a sua foz com o golfão em que demora a ilha” do Maranhão<sup>1</sup> (MEIRELES, 2001, p. 31).

Ante o supracitado, tem-se que um tipo de política pública que interessa no Brasil, sobretudo à Geografia, é o que aglomera as políticas territoriais, cujo resgate histórico revela que até o desencadeamento da “modernização conservadora” não havia clareza do papel do Estado, da “concepção de espaço nacional”, tampouco de sua necessidade. As “estratégias” e “mecanismos concretos” restringiam-se às ações isoladas e imediatistas. Por exemplo, nas três primeiras décadas do recém-descoberto território do Brasil, as ações da Coroa portuguesa ativeram-se às precárias instalações que indicavam *domínio*, expressão equivalente a *feitoria* que pode ser considerada “[...] uma base de ocupação cuja edificação revelaria intuito protocolonizador [...], sendo [...] um lugar de trocas não apenas econômicas, mas também culturais” (MORAES, 2000, p. 293)<sup>2</sup>.

Devido às incursões de franceses, ingleses e holandeses ao longo da costa brasileira e na foz do rio Amazonas, bem como à questão dos limites na bacia do Prata que opôs os interesses espanhóis e portugueses, a Coroa destes últimos decidiu efetivar a estratégia da *ocupação* e *domínio* do citado território. Para tanto, levou a cabo uma expedição colonizadora e instituiu o regime de *Capitanias Hereditárias* em 1530, depois substituído pelo de *Sesmarias* e instalação do *Governo Geral* em 1549<sup>3</sup>; esses regimes se peculiarizavam pela dispersão, uma vez que

O litoral, apesar da persistência de alguns vazios de ocupação, foi praticamente todo povoado, desde São Vicente, até a foz do Amazonas (em 1616 os portugueses efetivam ali o seu domínio com a fundação de Belém, após a expulsão dos estrangeiros). A pecuária extensiva no sertão nordestino e meio-norte, por seu turno, encarregou-se de ocupar boa parte dessas regiões, adensando-se ao longo dos rios, vias naturais de penetração. Os jesuítas por sua vez, instalaram suas missões pelo oeste do território, constituindo núcleos que atingiram o extremo norte. Os bandeirantes, partindo de São Paulo, se não promoveram ocupações de fato, abriram vias de circulação e com isso criaram

<sup>1</sup> Resgate sobre a origem da denominação Maranhão pode ser encontrado em Gaioso (1970, p. 55-59) e Marques (1970, p. 437-348).

<sup>2</sup> Entre as pequenas feitorias, por exemplo, sobressaíram-se as de Itamaracá (PE), Santa Cruz (BA) e Cabo Frio (RJ) (MORAES, 2000).

<sup>3</sup> O Governo Geral é o princípio da centralização administrativa em que a referência foi a implantação da 1ª cidade e capital – Salvador. O regime de sesmarias visou assegurar a posse da Coroa que mantinha o monopólio no que se refere ao comércio externo, à cobrança de impostos e à concessão de terras, o que neste último caso “serviu de base à formação da propriedade fundiária no Brasil” (MARTIN, 1993, p. 123).

|Antonio José de Araújo Ferreira|

algumas pré-condições para ocupações futuras, em especial com a descoberta de ouro e pedras preciosas em pontos do interior (atuais Minas Gerais e Mato Grosso), a partir de fins do século XVII. Ao sul, desde Martim Afonso de Souza, os vicentinos procuravam estender o povoamento ao longo do litoral, tendo Laguna como ponto mais à vanguarda. A partir daí, em direção ao Rio da Prata e a toda região da Bacia do Prata, enfrentavam o domínio espanhol e algum povoamento castelhano que os havia precedido, o que não impediu que já em fins do século XVII, parte dos campos gerais meridionais do território já apresentassem uma razoável ocupação a partir da criação e comércio de gado, empreendida pelos luso-brasileiros (COSTA, 1997, p. 20).

Em função desse movimento e ampliação dos tratados diplomáticos (Madrid, 1750; Santo Idelfonso, 1777; Petrópolis, 1903), desde o sistema colonial vem sendo mantida a configuração básica do território e da formação brasileiros, sustentados no “imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado” (MORAES, 1996, p. 94-95)<sup>4</sup>.

O sistema colonial no Brasil começou a definir pela conjunção de dois fatores (COSTA, 1997): um de caráter externo deriva do avanço da Revolução Industrial comandado pela Inglaterra, somado à propagação dos ideais do liberalismo tanto econômico quanto político; o outro tem caráter interno e vincula-se à reação contra o domínio português e seu monopólio (riquezas e comércio) iniciado por uma elite que se consolidava em termos econômico e político, a qual gradativamente recebia apoio das classes médias urbanas em função dos ideais liberais e também das camadas populares que nutriam sentimento antilusitano. Esses fatos concorreram para a instituição do Estado Nacional em 1822, que no plano interno foi antecedido pela instalação da Corte portuguesa em 1808. Esta transferiu a sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro, centralizando ainda mais o poder político, assim como pela influência do movimento constitucionalista de Portugal que nas províncias culminou em deposição de governadores e instalação de juntas eleitas.

Conclui-se que, desde o início do período colonial, o atual Maranhão esteve submetido a políticas territoriais. Legalmente pertencia à Coroa portuguesa desde 1500 e, apesar da instituição das capitanias hereditárias (1534-1548), sua capital foi fundada por franceses em 1612 que a dominaram até 1615 quando foram expulsos pelos portugueses. Esta foi a primeira ação concreta da Coroa lusitana visando à ocupação, que foi iniciada em 1616. Esteve sob o domínio holandês (1641-1644) e culminou em nova retomada pelos portugueses. Para tanto, foram instalados sete fortes, realizadas vinte e três (subestimadas) entradas do sertão que avançaram pelos rios e se defrontaram com indígenas. Colonos foram introduzidos, dezesseis missões religiosas (sendo três francesas) foram implantadas,

---

<sup>4</sup> Esse imperativo pode ser exemplificado pela “experiência administrativa portuguesa” (capitanias, sesmarias, morgados e municípios) (MARTIN, 1993).

das quais as jesuíticas predominaram e avançaram o povoamento, originando núcleos que, posteriormente, foram transformados em povoação, lugares e vilas. Apesar de predominar a navegação à vela, caminhos foram abertos na direção oeste (Grão-Pará), leste (Piauí e Ceará), sul (Goiás e Bahia), facilitando a acessibilidade e a exploração econômica através da cana-de-açúcar, algodão e fazendas de gado, o que foi incrementado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1758-1788), a qual substituiu a escravidão indígena pela negra africana, e expulsou os jesuítas. A conformação territorial foi modificada em função das divisões político-administrativas impostas pela Coroa, que totalizaram cinco e transformaram-no em um estado independente do Brasil entre 1621-1652 e 1654-1772, concorrendo para litígios, redefinição de limites e divisas, além de redução da superfície (FERREIRA, 2008).

Mesmo depois do início da constituição de um Estado independente a partir de 1822, permaneceram “medidas centralizadoras” e “repressoras do governo” que almejavam à consolidação da Independência e à manutenção da unidade territorial sustentadas no discurso do projeto do “país a se construir”, contudo se deparou com lutas pela liderança política e econômica, sobretudo nas províncias.

### **O MARANHÃO ENQUANTO PROVÍNCIA (1823-1889): o embate pelo território**

Inicialmente, convém ressaltar que, etimologicamente e de acordo com o Dicionário do Brasil Imperial, o verbete província equivale à unidade territorial do Império português e sua administração regional (GOUVÊA, 2002 apud OLIVEIRA, 2020, p. 137).

Isso implica que, “as províncias não buscavam a separação, mas a participação no poder” (FAORO, 1984 apud SOARES, 2008, p. 30) e as benesses daí decorrentes para a economia local.

Em se tratando do Maranhão, uma primeira questão que deve ser ressaltada é a que se atém à conformação do território, uma vez que no dia nove de julho de 1816 foi lavrado o Auto de Demarcação que fixava como limites entre as províncias<sup>5</sup> do Maranhão e de Goiás os rios Manuel Alves Grande e Tocantins, embora permanecessem pendências quanto à localização das terras do atual município de Carolina.

Some-se a isso que, no aspecto geográfico a concepção era de que:

Para os homens públicos do Império [...] a geografia regional do Brasil parecia bem simples: havia as províncias [...] do norte, do Amazonas à Bahia, e as

<sup>5</sup> Convém destacar que “o nome ‘Capitania’ foi substituído pelo de ‘Província’ em 1815, com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal” (SOUZA, 1988 apud MARTIN, 1993).

províncias [...] do sul, do Espírito Santo ao Rio Grande. Nada de nordeste, nem sudeste, nem de centro-oeste (MELO, 1984, p. 13).

Em 1821 a Província do Maranhão possuía uma população estimada em 152.283 habitantes (50,96% eram negros africanos<sup>6</sup>) que se concentravam na única cidade, São Luís, e se distribuíam por doze vilas e dezenove povoações, correspondendo a uma densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado<sup>7</sup> (FERREIRA, 2008).

Convém ressaltar que, essa:

[...] população citadina correspondia a 22,89% do total dessa província, cuja sede respondia por 56,25% dos habitantes da cidade e vilas juntos. Entre estas, a de Alcântara se sobressaía por ser área de produção de algodão e por ser escolhida pela população mais abastada para residir, visto que São Luís era considerada uma cidade de mercadores. Ao longo da bacia do Itapecuru destacavam-se Itapecuru-Mirim e Caxias em função do avanço da cultura do algodão, de maneira que esta servia até como entreposto e feira para os produtos que se originavam nos sertões do Sul a partir de Pastos Bons que aglomerava as fazendas de gado<sup>8</sup>. Na Baixada Maranhense se destacavam as vilas de Guimarães e a de Viana devido, a primeira, à cultura do algodão; e a segunda, à missão de catequese e à função de entreposto na direção de Belém. No Baixo Parnaíba as referências eram as vilas de São Bernardo e a de Tutóia que articulavam o Maranhão com o Piauí e o Ceará (FERREIRA, 2008, p. 104-105).

No aspecto político, tem-se que um efeito imediato da adesão do Maranhão à Independência do Império do Brasil em 28/07/1823 foi que “os postos de comando e os cargos de governo que até então” cabiam aos portugueses foram deles retirados, o que concorreu para que as três famílias mais importantes e ricas (os Bruces, os Burgos e os Belforts) demonstrassem a “ambição de firmar-se, uma delas, na liderança política da nova ordem, para se fazer dona da situação futura”, cujo fato ficou conhecido como a “Guerra dos Três Bês” (MEIRELES, 1994, p. 97). Os fatos culminaram na instituição de uma junta provisória em 1824, que funcionou até 1825.

Com efeito, dois fatos merecem relevância. Um se atém a manifestos impressos em 1827, os quais se sustentavam em discursos de que a terra e as pessoas do sertão estavam abandonadas, eram desconhecidas e esquecidas por São Luís. Tal fato social ficou conhecido como a República de Pastos Bons. Esse assunto requer estudo aprofundado<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> De acordo com Meireles (1983), entre 1685 a 1820, no Maranhão adentraram 187.000 escravos negros oriundos da África, sobretudo de Angola, Benin, Guiné-Bissau, Nigéria e Togo. Por sua vez, na escala nacional foi revelado que [...] “a média anual de ingressos de escravos no Brasil foi de 32.700 cativos no período 1811-1820 e de 43.100, no período 1821-1830” (FAUSTO, 2001, p. 104-105).

<sup>7</sup> Essa densidade demográfica foi estimada por Gomes (1981, p. 17).

<sup>8</sup> As citadas 44 fazendas de gado que existiam em 1751 na Ribeira do Sertão de Pastos Bons ascenderam para 123 em 1815 e foram estimadas em mais de 300 no ano de 1836. Tal atividade recebia o suporte de uma população escrava que correspondia a 20% do total (5.000), entre 1819-1821 (CABRAL, 1992, p. 141 e 150).

<sup>9</sup> Mesmo sem ter se catalogado estudo específico, tal fato foi apurado pelo presidente da província através do capitão Teodorico Fernandes da Silva que confirmou a existência de manifestos impressos e mereceu

Na escala nacional, registrou-se o aumento da pressão dos que se vinculavam aos ideais republicanos, o que foi agravado pela concentração das riquezas e pela manutenção do escravismo e do latifúndio, culminando em revoltas como A Cabanagem (Pará – 1835-1840), A Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845), Sabinada (Bahia, 1837-1838), e A Balaiada (Maranhão, 1838-1841).

Some-se a isso que, com a ascensão ao poder por parte dos liberais em decorrência da Revolução de 1831, na escala da Província do Maranhão verificou-se o conflito de interesses entre estes (denominados de Bem-te-vis ou Republicanos) e os conservadores (chamados de Cabanos, governistas ou portugueses). O resultado foi a união das pessoas, política, econômica e socialmente marginalizadas em geral e compostas pelas “classes inferiores” e “homens de cor”, a qual ficou conhecida como A Balaiada e a partir de 1838 abarcou “todo o Maranhão oriental, entre os baixos Parnaíba e Mearim [...] e se estendeu [...] para quase todo o Piauí e chegou mesmo a alguns municípios do Ceará” (ASSUNÇÃO, 1998, p. 68), todavia, sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva que levou a cabo a “Divisão Pacificadora do Norte”, foi debelada em janeiro de 1841<sup>10</sup>.

Devido ao ataque de índios a fazendas e à proibição da escravidão destes, na Província do Maranhão foi instituída a Lei nº 85/1839 a qual trata de “um plano de civilização e catequese” através da autorização da implantação de três missões (duas no Alto Mearim e uma no Alto Grajaú), que:

[...] deveriam ser assentadas em terras próprias para lavrar, nas proximidades de rios, e campos para criar [...] a serem [...] demarcadas pelo Presidente da Província e ficariam restritas ao cultivo por parte dos índios. Em cada missão deveria ser construída uma Igreja, um cemitério e uma ou mais oficinas (COELHO, 1989, p. 141 e 143).

Nessas missões seriam distribuídas sementes e haveria um missionário e um diretor. Na Província do Maranhão, a primeira tentativa de implantação de uma missão indígena ocorreu em 1840 e recebeu a denominação de São Pedro do Pindaré, sendo localizada na margem direita do rio que lhe dá o nome e próximo à freguesia de Monção, cujos indivíduos pertenciam à etnia Guajajara. Com o objetivo de melhor administrar as tribos indígenas da província em tela e com base no Decreto Imperial nº 426/1845 foram criadas as *diretorias parciais de índios* de Barra do Corda, Alpercatas e Foz do Grajaú, as quais

---

registro na ata da Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, realizada no Rio de Janeiro em 29 de maio de 1829 (FERREIRA, 2008).

<sup>10</sup> Esse militar veio nomeado (Carta Imperial de 12/12/1839) para a Província do Maranhão como presidente e comandante das armas. Devido aos serviços prestados, em 18/07/1841, o Imperador conferiu-lhe o título de barão de Caxias, assim como o promoveu a brigadeiro.

concorreram para facilitar a navegação nos rios, na área de influência dessas missões e diretorias (COELHO, 1989).

Na década de 1850, na Província do Maranhão ganharam relevo quatro fatos, cujas referências foram as “medidas civilizadoras” do índio, a colonização estrangeira e o soerguimento da economia. O primeiro fato atém-se à conformação territorial porque, através do Decreto nº 639, de 12/06/1852, o território do município de Turiaçu foi anexado à Província do Maranhão e, por isso, o limite desta com a do Grão-Pará, a oeste, que era o rio Turiaçu voltou a ser o rio Gurupi. A Lei Provincial nº 772/1854 anexou à província mencionada as terras nas quais se localizava a povoação de Santa Tereza (atual município de Imperatriz), que era reivindicada pela do Grão-Pará. Por intermédio do Decreto nº 773, de 23/08/1854, foram restabelecidos os limites da província referida com a de Goiás (hoje, estado do Tocantins) na serra das Mangabeiras e nos rios Manuel Alves Grande e Tocantins, incluindo-se a incorporação da povoação de São Pedro de Alcântara (hodiernamente é o município de Carolina) à primeira. Por conseguinte, conformou-se o território da Província do Maranhão que tinha como única pendência o limite no delta do Parnaíba com a província de São José do Piauí (MARQUES, 1970; AYRES, 2001).

O segundo fato trata dos índios e a estratégia da província enquanto “medida civilizatória” consistiu na retomada das missões em 1854, através da denominada Januária (foz do rio Caru, no Pindaré), da etnia Guajajara, e da Leopoldina (margem esquerda do rio Mearim, na paragem Bacabal) composta das etnias Crenzés e Pobzés. Nesse ano foram criadas sete diretorias (Palmeira Torta, Camacaoca, Boa Vista, Sapucaia, Alto Pindaré, Caru e Alto Mearim). Outra estratégia utilizada previa o engajamento dos índios nas obras públicas relativas à abertura, manutenção e melhorias de vias de comunicação terrestre<sup>11</sup>.

O terceiro fato relaciona-se à colonização estrangeira efetivada entre 1853 e 1855, a qual incluiu sete tentativas que resultaram na entrada de 850 indivíduos, sendo trinta chineses e os demais, portugueses. Apenas Santa Isabel dava esperanças de progredir enquanto as outras foram logo abandonadas e, por isso, “tendo sido extinta a repartição da colonização, foi por ordem da presidência de 8 de junho de 1860 cometida à Diretoria Geral dos Índios a inspeção e gerência da colonização estrangeira” (MARQUES, 1970, p. 205).

---

<sup>11</sup> Tal estratégia, contudo, implicava numa forma de exploração da mão-de-obra indígena, que se sujeitava “a vencimentos baixos, o pagamento era feito em mercadorias, [...] sendo discriminada [...] como trabalhadores braçais. Nenhum índio consta na função de cabo, feitor, e muito menos ainda, diretor” (COELHO, 1989, p. 150).

O quarto fato refere-se ao declínio da economia após a Balaiada<sup>12</sup>, cuja saída foi o fomento da cana-de-açúcar por intermédio da “concessão de 30 contos de réis para premiar aos lavradores que produzissem mais de 1.000 arrobas de açúcar, e que de Caiena o governo tinha recebido mudas de cana de qualidade superior para distribuição gratuita” (VIVEIROS, 1992, p. 205). Tal estratégia contribuiu para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar por “toda a Baixada, às margens do Itapecuru, do Mearim [...]” (MEIRELES, 2001, p. 259), concentrando-se no vale do Pindaré e por “isso em 1860, o Maranhão contava 410 engenhos, dos quais 284 movidos à máquina a vapor e à força hidráulica e 136 de tração animal” (VIVEIROS, 1992, p. 206). Com efeito, a produção da cana-de-açúcar da Província do Maranhão que sequer era exportada em 1821, devido a uma produção de apenas 417 arrobas<sup>13</sup>, passasse para 100.000 em 1858, e com tendência de aumento (ANDRADE, 1970).

O incremento da atividade da cana-de-açúcar<sup>14</sup>, paulatinamente, concorreu para a relevância de novos ares da modernização que se expressam no aparelhamento material até então inexistentes. Neste caso, destaca-se: a instalação de instituições financeiras (oriundas da articulação do capital comercial com grandes firmas exportadoras portuguesas), cuja primeira foi o Banco Comercial do Maranhão que remonta a 1847. Foi efetivada a exploração da navegação fluvial (Lei Provincial nº 255/1849) com o intuito de interligar as áreas de produção à de escoamento (porto de São Luís) e para tanto foi fundada a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (1856), que, a partir de 1857, explorou os rios Itapecuru (até Caxias) e Mearim, além da costa (de Alcântara ao Turi). Por sua vez, a iniciativa privada criou a Comissão da Praça (07/09/1854), cuja ascensão dos negócios concorreu para a instalação do Banco do Maranhão (1858) e, em 1869, do Banco Comercial, além do Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão (1877) (FERREIRA, 2008).

Convém ressaltar que, ao final do século XIX, os transportes terrestres no Sul da Província do Maranhão tinham por referência a vila de Carolina que, enquanto entreposto, a articulava às províncias de Goiás, e Grão-Pará. Partindo de Caxias a “estrada do sertão”

---

<sup>12</sup> Ao assumir a presidência da Província do Maranhão, em 1846, Joaquim Franco de Sá se deparou com o déficit da balança comercial (entre 1845 e 1848 chegou a 66:481\$000) e a redução da média de exportação (de 2.319 contos obtidos no período de 1812 a 1821 passou para 1.634 contos entre 1840-1849). Somando-se a esse triênio os relativos a 1848-1851 e 1852-1854, o citado déficit acumulou a cifra de 987:713\$578 (VIVEIROS, 1992, p. 289 e 290).

<sup>13</sup> Cumpre frisar-se que, enquanto a cana-de-açúcar teve tênue produção, em 1821, as culturas do arroz e do algodão eram expressivas e atingiram 250.000 e 300.000 arrobas, respectivamente (VIVEIROS, 1992).

<sup>14</sup> Na Província do Maranhão, de 1873 a 1882 registrou-se o “período áureo” da indústria açucareira, pois em 1873 foram produzidos 5.000.000 kg que ascenderam para 10.900.000 kg em 1876 e 16.100.000 kg em 1882, sendo que além da população dessa província, “abastecia-se Pará e Ceará, e exportava-se o excedente para a Inglaterra” (VIVEIROS, 1992, p. 208).

se prolongou até Carolina (180 léguas), bem como um ramal convergiu na direção de Porto da Chapada (atual município de Grajaú) perfazendo 60 léguas. Deste havia dois traçados: o primeiro se prolongava na direção de Barra do Corda (80 léguas), seguindo para Coroatá (59 léguas) de onde descia na direção de São Luís pelo rio Itapecuru através dos vapores da citada empresa de navegação. Com a intenção de “dar fácil trânsito às boiadas” e a partir da iniciativa do presidente da província do Grão-Pará entre 1860-62 foi implantada a “estrada Dom Pedro II”, a qual interligou Carolina à povoação de Capim (naquela província e passando por Santa Tereza – hoje, Imperatriz) de onde alcançava Belém por barco em três dias, materializando um sonho que remonta aos “tempos do regime colonial” (MARQUES, 1970, p. 180 e 181). No ano subsequente, e também partindo de Carolina, foi efetivada uma estrada até a vila de Monção, o que permitiu chegar até São Luís via rio Mearim, cuja viagem pelos vapores da companhia de navegação que demandava dois meses foi reduzida para quinze dias.

Adicione-se a isso que a Lei de 08/06/1871 desmembrou as terras da Vila Nossa Senhora da Vitória (corresponde, atualmente, aos municípios de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso) do município de Pernaguá que pertencia à Província do Piauí e as anexou ao município de Loreto, no Maranhão. Em 1873 o presidente Gomes de Castro solicitou a incorporação de uma companhia para definir e implantar o traçado de uma estrada de ferro que ligasse Carolina a Barra do Corda, cognominada Central do Maranhão. Esta malogrou porque o governo do Império não viabilizou a “garantia de juros para o capital a despender e um determinado prazo para uso e gozo da estrada a construir” (VIVEIROS, 1992b, p. 202). Além dessa ferrovia, em 1875, outras duas (Caxias a Teresina e São Luís a Rosário) tinham projetos dependendo de decisão do governo imperial. Nesse contexto, tem-se que os ares da modernização eram mais sentidos na sede da província que desde 1856 contava com abastecimento de água através de chafariz, a iluminação a azeite foi substituída pela de gás hidrogênio em 1863, os bondes remontam a 1870 e quatro anos depois foi instalado o cabo submarino implicando que “São Luís acompanhava de perto a corte” (PAXECO, 1922, p. 106), enquanto o telégrafo terrestre era ampliado pela província desde 1884.

Em termos econômicos, o declínio da cana-de-açúcar, que sustentava a economia agroexportadora da Província do Maranhão, decorrente da proibição do tráfico negreiro (1850)<sup>15</sup> e leis complementares de 1871 (Ventre Livre), dos Sexagenários (1885) e Áurea (1888) concorreu para que aproximadamente “11.000 contos, dos quais 5.000 representavam a conta dos ex-lavradores” (VIVEIROS, 1992a, p. 558) fossem reinvestidos

---

<sup>15</sup> Convém ressaltar que, nesse contexto, a [...] “entrada de escravos no país caiu de cerca de 54 mil cativos em 1849 para menos de 23 mil em 1850 e em torno de 3300 em 1851, desaparecendo praticamente a parti daí” (FAUSTO, 2001, p. 106).

na atividade industrial baseada na fiação de tecidos, a partir de 1875. Isto foi vislumbrado como saída pela elevação do preço da arroba no mercado internacional, porque a Inglaterra teve comprometido seu fornecimento de algodão em decorrência da Guerra da Secessão (1860-1865) e da libertação dos escravos (1862-1865) nos Estados Unidos da América, assim como pela guerra Brasil-Paraguai<sup>16</sup>.

Convém ponderar que, em comparação ao que ocorria na escala mundial, o parque têxtil maranhense foi implantado tardiamente com a Companhia Industrial Caxiense em 1883. Essa ação serviu de estímulo para outras concentradas em São Luís, a exemplo da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, que remonta ao penúltimo ano (1888) do Império do Brasil.

As ações do Império na Província do Maranhão revelam, portanto, que houve implantação de duas estratégias de colonização, sendo uma indígena, resultando em sete missões e dez diretorias que acompanhavam os rios que adentravam a hinterlândia; e outra, que almejava à implantação de sete núcleos de assentamento de estrangeiros, dos quais apenas um teve resultados positivos. A Balaiada colocou em xeque o regime, mas foi debelada. Os limites dessa província com as do Grão-Pará e Goiás foram acordados, contudo permaneceu pendência com a do Piauí acerca da foz do rio Parnaíba. A economia teve soerguimento entre 1860 e 1875 com a cana-de-açúcar, o que concorreu para a instalação de equipamentos de modernização como, os estabelecimentos bancários, a efetivação da navegação fluvial a vapor, bem como para serem vislumbradas alternativas de transportes devido ao assoreamento gradativo dos principais rios. Com efeito, estradas foram abertas ligando, predominantemente, o sul maranhense a partir de Carolina, com Belém, Caxias e São Luís (via Monção), assim como desde 1873 planejou-se a construção da Estrada de Ferro Central do Maranhão e de outra, ao longo da bacia do Itapecuru, entre São Luís e Teresina. Em função do declínio da produção da cana-de-açúcar, associado aos efeitos da Guerra da Secessão americana, a economia teve relativa prosperidade com a inversão (tardia) do empresariado local na indústria têxtil a contar de 1883 (FERREIRA, 2008).

## CONCLUSÃO

O levantamento e a discussão bibliográfica levados a efeito sobre a Província do Maranhão revelam que, com o objetivo de materializar o domínio político e o controle do

---

<sup>16</sup> Nesse contexto, o preço da arroba do algodão oscilou de 10\$000 entre 1818-19 para 6\$000 em 1820, 28\$000 no ano de 1864 e 13\$000 em 1870 (GOMES, 1981, nota 5, p. 18).

território, o Império se utilizou de diversas estratégias a exemplo da colonização indígena, implantação de assentamentos de estrangeiros, tentativas de soerguimento da economia, melhorias na articulação territorial e resolução de litígios territoriais. Contudo, o poder do Império foi colocado em xeque por articulações sociais e políticas, que se repercutiram espacialmente a partir da força dos movimentos denominados República de Pastos Bons e A Balaiada, os quais, todavia, foram silenciados e debelados, respectivamente.

Conclui-se que, na prática, o contexto do oitocentos refletia e reforçava o que ocorria na escala nacional e internacional, de maneira que a Província do Maranhão pouco mudou em termos de estrutura política e econômica.

## REFERÊNCIAS

AYRES, Érico de O. J. **Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão**. 2001. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ALVES, Jossilene L. O Estado sanitário da Província do Maranhão de 1850 – 1860. **ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL**, 11., 2017, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2017. 12p.

ANDRADE, Manuel C. de. A dinâmica do povoamento e a ocupação do espaço geográfico maranhense. In: ANDRADE, M. C. de. **Nordeste. Espaço e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 129-180.

ASSUNÇÃO, Matthias R. “Histórias do Balaio”: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada. **Revista História Oral**, n. 1, p. 67-89, jun. 1998.

CABRAL, Maria do S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

COELHO, Elizabeth M. B. **A política indigenista no Maranhão provincial**. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1989.

COSTA, Yuri M. P. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Rio Grande-RS, v. 10, n. 20, p. 241-263, jul./dez. 2018.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERREIRA, Antonio J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/>>. Acesso em: 03 maio 2023.

FERREIRA, Antonio J. de A. Revisitando o Maranhão: apropriação do território e escravidão sustentando a exploração econômica na América portuguesa. **Kwanissa**, São Luís, v. 6, p. 5-31, 2020.

FERNANDES, Xavier. **Topônimos e gentílicos**. Porto: Nacional, 1943.

GAIOSO, Raimundo José de S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. p. 55-59. [1818].

GODÓIS, Antônio B. de. **História do Maranhão**. São Luís: Ramos de Almeida, 1904.

GOMES, José P. T. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

MACEDO, Eurico T. de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001. [1947].

MARQUES, César A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970 [1870].

MARTIN, André. **As fronteiras internas e “questão regional” no Brasil**. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MENDES, Cândido. **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001 [1960].

MEIRELES, Mário M. **Os negros no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

MEIRELES, Mário M. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

MELLO, Evaldo C. de. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MORAES, Antônio C. R. **Ideologias geográficas - espaço, cultura e política no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antônio C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OCANÃ-FERNÁNDEZ, Y.; FUSTER-GUILLÉN, D. A revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 14, n. 33, e15614, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v14i33.15614>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

OLIVEIRA, Kelly E. M. “O tempo da província”: revisão bibliográfica crítica da política imperial no Brasil oitocentista. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 38, p. 136-161, jul./dez. 2020.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Teixeira, 1922.

PEREIRA, Josenildo de J. Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880. In: ANPUH – Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. 11 p.

ROLIM FILHO, Claudiomar M. Maranhão: de Província próspera a Estado pobre. São Paulo: de Província pobre a Estado próspero. O que deu tão errado e tão certo? **Caderno Virtual**, v. 3, n. 48, 2020. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/4844>>. Acesso em: 3 maio 2023. 22 p.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

SANTOS, Arthur R. G. Eleições, fraudes e conspirações: o papel dos presidentes de província no Maranhão oitocentista (1842/1852). **Dimensões - Revista de História da UFES**, Vitória, n. 48, p. 131-150, 2022.

SANTOS, Maria J. M. L. dos. **Geografia histórica da província do Maranhão nas primeiras décadas do século XIX**. 2007. Monografia (Trabalho de Geografia Individual) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Luís A. V. da. **História da Independência da Província do Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SOARES, Flávio J. S. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612/1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1992 [1954]. v. 1.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1992a [1954]. v. 2.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1896-1934**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1992b [1954]. v. 3.

#### Como citar:

#### ABNT

FERREIRA, A. J. A. Desenvolvimento socioespacial da província do Maranhão: a revisão bibliográfica como fio-condutor. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.23, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.23>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

**APA**

Ferreira, A. J. A. Desenvolvimento socioespacial da província do Maranhão: a revisão bibliográfica como fio-condutor. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.23, 2023. Recuperado em 26 dezembro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.23>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.  
Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

